

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Em 2017, vamos à luta para barrar os ataques de Temer



CONFIRA O CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

04/02
SEMINÁRIO DA CSP-
CONLUTAS CONTRA
A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA
LOCAL:
NOVOTEL JARAGUÁ, NO
CENTRO DE SÃO PAULO

09/02
REUNIÃO AMPLIADA
DO FONASEFE
LOCAL:
BRASÍLIA

**CICLO DE PALESTRAS SOBRE O
DESMONTE DA PREVIDÊNCIA**
01/02
COM WASHINGTON MOURA LIMA
LOCAL: TRE – MAJOR DIOGO

02/02
COM MARIA LUCIA FATORELLI
LOCAL: JF - FÓRUM EXECUÇÕES FISCAIS

03/02
COM MARIA LUCIA FATORELLI
LOCAL: JT - FÓRUM RUY BARBOSA

11/02
ASSEMBLEIA GERAL
DO SINTRAJUD
LOCAL:
AUDITÓRIO DO
SINDICATO - ÀS 14H

18/02
REUNIÃO AMPLIADA
DA FENAJUFE
LOCAL:
BRASÍLIA

Sintrajud discute orçamento da JT em reunião com presidente do TRT-2

Na primeira reunião do ano, desembargador afirmou que a proposta orçamentária apresentada pelo tribunal foi aprovada

Na sexta-feira, 13, representantes do Sintrajud tiveram mais uma reunião mensal com o desembargador presidente do TRT-2, Wilson Fernandes. Participaram do encontro os diretores do Sindicato, Salomão Ferreira, servidor da JT São Vicente, Lynira Sardinha, servidora da JT Cubatão e Raquel Morel, servidora do TRE, os servidores Fabiano dos Santos, da JT Barra Funda, Tarcísio Ferreira, da JT Barra Funda, Márcio Castro, da JT Guarulhos, e Elton Teixeira, servidor da JT Santos; além do advogado Cesar Lignelli, do departamento jurídico do Sintrajud, e o economista Washington Luiz Moura Lima, assessor econômico da entidade.

A principal discussão do encontro foi o orçamento da Justiça Trabalhista para 2017. Na reunião anterior, que aconteceu no dia 8 de dezembro, os servidores mostraram preocupação com o funcionamento da JT, pois com a aprovação da PEC 55 (que “congela” as despe-

sas dos orçamentos federais em termos reais por 20 anos) o orçamento do Tribunal deverá ser mantido baseado no orçamento executado de 2016, o que sofreu cortes ao longo do ano e quase levou a inviabilização de seu funcionamento.

O desembargador afirmou que ainda em 2016 tentou executar o máximo do orçamento para evitar possíveis sobras e garantir o orçamento do ano de 2017, por isso foi possível liberar a verba extra para assistência médica, conforme o Sintrajud havia requerido. Além disso, o Tribunal também nomeou servidores ainda no final de 2016.

O presidente do TRT-2 esclareceu ainda que a proposta orçamentária apresentada pelo tribunal foi contemplada e teve apenas um corte pequeno de cerca de três milhões de reais, diferente do corte de 2016, que chegou a 90 milhões de reais. “Nem estamos perdidos e nem salvos, a aprovação do orçamento deixa a situação



Wilson Fernandes (4º a partir da esq.) atendeu pedido do Sintrajud e liberou verba para assistência médica

menos dramática que em 2016 e garante o funcionamento da segunda região em 2017”, declarou.

Ainda na reunião, o desembargador Wilson Fernandes afirmou que não há dotação orçamentária para nomeação de novos servidores em 2017, mesmo com o aumento no volume de trabalho e a defasagem de servidores na se-

gunda região.

Na opinião da diretora do Sintrajud Raquel Morel, esta é uma situação preocupante e que pode causar adoecimento dos servidores. “O quadro de servidores já é insuficiente, o sindicato já alertou isto diversas vezes, vamos continuar travando a luta para reverter esta situação”, afirmou.

TRE precisa corrigir anotações da greve de 2015

Servidores devem entrar em contato com o Sintrajud até 27/01

O departamento jurídico do Sintrajud encaminhará requerimento administrativo solicitando a correção das anotações indevidas de “greve” do ano de 2015 no registro de ponto dos servidores do TRE (linha direta nº 37-Secretaria, 67-Capital, 60-Interior). Chegou ao conhecimento do Sindicato que tais anotações constam na ficha funcional dos servidores.

Dentre as determinações constantes na linha direta, está disposto que o TRE não promoverá atos de punição contra os servidores. Isso inclui o impedimento de prejuízos na avaliação de desempenho por motivo de participação no movimento paredista, bem como que o período deveria ser registrado apenas como

“afastamento processo PAD 1.261/2016” e considerado como de efetivo exercício para todos os fins de direito.

Encontram-se em situação irregular a folha de ponto e a avaliação de desempenho dos servidores que possuem o registro da palavra “greve” e também os que possuem apontamento equivocado do número de dias em que efetivamente participaram do movimento.

Os servidores nessas situações devem entrar em contato com o departamento jurídico do Sindicato até 27 de janeiro, através do e-mail grevetre@sintrajud.org.br, informando nome, zona eleitoral, cidade, dia(s) em que participaram da paralisação e dia(s) registrados indevidamente.

SAIU O NOVO Caderno de Convênios do Sintrajud

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

FORTALEÇA A LUTA!

ASSOCIE-SE AO SINDICATO E TENHA TODAS AS VANTAGENS DE SER SINDICALIZADO

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião

A consciência de Classe

Os filósofos têm interpretado o mundo de maneiras diferentes, cabe a nós transformá-lo, já dizia Marx. Quando ele falou isso, pensava em uma consciência de classes, onde a classe operária, verdadeira classe revolucionária, lutaria para se libertar dos grilhões da classe dominante. O proletariado é aquele que não está no poder, não se inclui no poder, tem algo em comum com os seus e é o que vende sua força de trabalho para a burguesia, esta explora a força de trabalho alheio, gerando prelibação capitalista, mais valia. Isso requer uma consciência de classe, que é quando uma classe se vê fora do poder e não no poder.

Quando uma classe apoia o poder não sendo o poder, não há consciência de classe constituída, há uma horda qualquer, com manutenção da burguesia. Tendo consciência de classe e tomando o poder, não há mais luta de classes, pois neste nível, a classe no poder que luta pelo poder como se não estivesse no poder, estando, busca anular a disputa deste poder, evitando-se a dialética, inflexibilizando-se. Promovem os intelectuais entre outros e aos poucos o destratam,

dada à mudança de objetivos e ao monopólio de poder a ser exercido por poucos e delegado a muitos, evitando-se críticas ao seu modo de poder.

Aqui não se constrói mais no argumento, mas na pura ação, instaura-se o caos, aparelham-se as instituições democráticas para se manter no poder, poder sem limites, acumula-se mais capital, advindo da precarização das instituições democráticas, usurpa-se o poder, “investe-se” na mídia e subverte-se também a ordem das coisas. A esquerda se monopoliza, a oposição é estiolada e a sobrevida do regime em vigor se dá pela alteridade do socialismo, que agora é socialismo capital isto é, aburguesado. Neste estágio, a oposição é nula ou muito fraca e se tiver alguma força, vence as eleições por ser menos tosca politicamente. A direita, impopular, não é ameaça, a esquerda, ao se tornar radical, torna-se repressora para sua perenidade no poder.

Rodrigo Carneiro O. Tielzmann
Técnico Judiciário da JT Barra Funda

Começa a luta contra a reforma



Servidores se mobilizam para enfrentar a PEC 287, que o governo Temer quer aprovar ainda no primeiro semestre

O governo Temer elegeu o desmonte da Previdência (PEC 287/16) como prioridade deste semestre. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia

(DEM), pretende instalar na primeira semana de fevereiro a comissão especial que analisará o tema e fazer a votação em plenário até o fim de março.

Ao mesmo tempo, porém, movimentos sociais e de trabalhadores já se mobilizam em vários Estados para combater a reforma.

Uma reunião ampliada da Fena-

jufe, marcada para 18 de fevereiro, decidirá detalhes da participação dos servidores do Judiciário Federal nessa luta. Antes, no dia 9, o Fórum Nacional dos Servidores Federais (Fonasefe) também terá reunião ampliada, preparando a campanha unificada do funcionalismo contra a reforma.

Em São Paulo, aposentados e pensionistas fizeram na sexta-feira, 20, uma manifestação no vão do Masp, na Avenida Paulista (foto). O protesto marcou a mobilização deste ano do Dia do Aposentado, comemorado no dia 24, e foi organizado pelo Sintrajud e por Sinsprev, Sindsef, Fenasp, Cobap e Admap. “Morto, não; aposentado, sim!”, foi o grito dos participantes do ato.

Os servidores do Judiciário Federal em São Paulo terão um ciclo de palestras sobre o desmonte da Previdência, com a participação do economista Washington Lima (assessor do Sintrajud) e de Maria Lúcia Fatorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

A primeira reunião de 2017 da Coordenação da CSP-Conlutas, que acontece de 3 a 5 de fevereiro, terá em seu 2º dia um Seminário Nacional contra a Reforma da Previdência. **Veja a agenda desses eventos na capa desta edição.**

Outras atividades serão organizadas, inclusive com outras categorias, entidades e movimentos. A luta em defesa da Previdência Social promete ser dura e está apenas começando.

Mudanças trazem perdas aos servidores

Quem estava perto de se aposentar pode ter de pagar “pedágio”; aposentadoria integral fica mais distante

Entre os servidores públicos, há muitas dúvidas sobre as regras propostas pelo governo, além da indignação com a perspectiva de redução de direitos. Já foi constatada uma corrida aos pedidos de aposentadoria.

Com a reforma, eles passarão a responder a regras iguais às do Regime Geral (RGPS). Haverá uma única modalidade de aposentadoria voluntária, que exigirá 65 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, tanto para homens como para mulheres.

“Pedágio”

Assim como no RGPS, as regras de transição para os atuais segurados serão aplicadas a servidores com idade igual ou superior a 50 anos (homens) ou 45 anos (mulheres).

De acordo com essas regras, os trabalhadores dessa faixa etária deverão cumprir um período adicional de contribuição, uma espécie de “pedágio”, equivalente a 50% do tempo que faltaria para atingir o período de contribuição exigido. Por exemplo: se faltava um ano para a aposentadoria, passará a faltar um ano e meio.

Quem ingressou no serviço público até 31/12/2003 e que tenha

mais de 50 anos de idade e mais de 35 anos de contribuição (homens), ou mais 45 de idade e mais de 30 de contribuição (mulheres), poderá se aposentar antes da idade mínima (respectivamente 60 e 55 anos). Para cada dia de antecipação, porém, precisará ter contribuído um dia a mais em relação ao mínimo exigido.

Integralidade e paridade

Segundo consta no projeto, as aposentadorias voluntárias dos servidores que seguirem a regra de transição e tenham ingressado no cargo até 31/12/2003 serão concedidas com integralidade e paridade. Mas os que não preencheram os requisitos ou ingressaram a partir de 2004 continuam sem esse direito, extinto desde a reforma do governo Lula.

Sem a integralidade, o servidor se aposentará com 76% do valor do benefício, assim como os demais trabalhadores: 51% da média dos salários de contribuição, acrescidos de um ponto percentual para cada ano de contribuição. Para quem ingressou no serviço público após a criação do Funpresp, o valor não poderá ultrapassar o teto do RGPS, que hoje é de R\$ 5.531,31.

A fim de receber a aposentadoria

integral (100% da média dos salários de contribuição), o trabalhador precisará contribuir por 49 anos, a soma dos 25 anos obrigatórios e 24 anos a mais. A PEC ainda mantém a contri-

buição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, contra a qual eles lutam desde 2003.

(Colaborou: César Lignelli, do departamento jurídico do Sintrajud)



A expectativa de vida média dos países que delimitaram em 65 anos o corte para a aposentadoria é de 81,2 anos. No Brasil, é de 75 anos. Faz sentido igualar a idade de aposentadoria para a média desses países?

Vem aí o 8º Congresso do Sintrajud

Evento acontece entre os dias 23 e 26 de março e vai debater e elaborar as políticas para os próximos três anos

Nos dias 23, 24, 25 e 26 de março acontecerá o 8º Congresso do Sintrajud. O congresso é a instância máxima de deliberação do Sindicato. Nele, os servidores filiados à entidade poderão debater e elaborar as políticas para os próximos três anos.

A participação de cada trabalhador do Judiciário Federal é fundamental para que a entidade possa ter uma atuação mais efetiva na luta por salários, carreira, direitos, melhores condições de trabalho e contra os ataques do governo.

A abertura do 8º Congresso será no dia 23 de março, às 19h, no auditório do Sintrajud (Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar). Os debates em plenárias e grupos de trabalho se desenvolverão até o dia 26 de março no Hotel Terras Altas (Rodovia Régis Bittencourt, Km 292,5 - Itapeverica da Serra - SP).



7º Congresso do Sintrajud, em 2014.

Inscrição de tese

Todos os associados podem contribuir para o debate sobre os temas que serão pautados no Congresso (*conforme edital abaixo*).

As teses deverão ser enviadas para o e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br, até 10 de março, de acordo com o formato previsto no edital.

Assembleia definirá critérios para eleição de delegados

Os critérios de participação e de eleição para delegados ao 8º Congresso do Sindicato serão definidos em Assembleia Geral, marcada para 11 de fevereiro, às 14h, no auditório do Sintrajud ((Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar).

Além da discussão e aprovação do regimento do Congresso do Sindicato, a assembleia também terá a função de eleger representantes da categoria para participar da Reunião Ampliada da FENAJUFE, que acontecerá no dia 18 de fevereiro, em Brasília.

Participe!

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO SINTRAJUD/SP

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por suas coordenadoras abaixo assinadas, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, (conforme artigo 33º), faz saber que fará realizar Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 11 de fevereiro de 2017 (sábado), às 14h, em primeira convocação, no auditório da entidade, situado a Rua Antonio de Godoy, 88 – 15º andar. PAUTA: 1. Aprovação do regimento próprio que define o critério de participação dos/as delegados/as ao 8º Congresso Estadual do SINTRAJUD – entre os dias 23/03/2017 a 26/03/2017, na Cidade de Itapeverica da Serra, no Hotel Terras Altas (Rodovia Régis Bittencourt, km 292,5). 2. Eleição dos/as delegados/as à Reunião Ampliada da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU – FENAJUFE, dia 18 de fevereiro 2017, em Brasília/DF. 3. E, outros assuntos. São Paulo, 23 de janeiro de 2017. Inês Leal de Castro - Coordenadora Geral / Maria Angélica Olivieri - Coordenadora Executiva

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 8º CONGRESSO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO SINTRAJUD/SP

Abertura: 23 de março de 2017, às 19 horas, no auditório do SINTRAJUD (Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar).

Nos dias 24, 25 e 26 de março de 2017, a partir das 9 horas, no Hotel Terras Altas (Rodovia Régis Bittencourt, Km 292,5 - Itapeverica da Serra - SP).

A Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD/SP convoca de acordo com as disposições estatutárias da entidade todos os seus associados/as para o 8º Congresso Estadual do sindicato.

PAUTA: 1) Análise de conjuntura e saídas para a classe trabalhadora; 2) Plano de ajuste fiscal e suas consequências para os/as trabalhadores/as; 3) Opressões; 4) Plano de Carreira dos/as trabalhadores/as do Judiciário Federal; 5) Balanço e Organização Sindical; 6) Plano de Lutas e Campanhas Específicas. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO: Os/as delegados/as ao 8º Congresso Estadual serão eleitos/as em conformidade com Regimento Próprio, a ser aprovado na Assembleia Geral convocada para o dia 11 de fevereiro de 2017, às 14h, no auditório do sindicato (Rua Antônio de Godoy, 88, 15º andar).

PRAZO PARA ENTREGA DE TESES sobre os temas do Congresso: as teses serão aceitas apenas por escrito, observando o temário do Congresso e deverão ser enviadas para o SINTRAJUD (para e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br) até o dia 10 de março de 2017, no seguinte formato: •Texto do Word; •Fonte Times New Roman; Tamanho 12; •Títulos em negrito, tamanho 20, em caixa alta (maiúscula); •Subtítulos em negrito tamanho 16; •Todos os parágrafos devem ser numerados e ter o recuo de 1,5 cm; •O espaçamento entre as linhas deve ser simples.; •O Sintrajud não aceitará textos que não vierem com o formato especificado; •Quem quiser fazer tese fora do prazo terá que arcar com as despesas de reprodução e com a distribuição da mesma no Congresso. São Paulo, 23 de janeiro de 2017 - Maurício Rezzani e Inês Leal de Castro - Coordenadores Gerais / Salomão Sousa Ferreira e Maria Angélica Olivieri - Coordenadores Executivos

JF paga reenquadramento após longa luta do Sintrajud

O ano de 2017 começou com uma grande conquista para os servidores do Judiciário Federal de São Paulo: o TRF-3 comunicou ao Sintrajud que em folha suplementar de dezembro foram quitados os passivos do reenquadramento.

A decisão veio após uma longa batalha pelo pagamento dos passivos trabalhistas da categoria. **Veja a seguir a história dessa luta.**

Lei Federal causou distorção

Em 2012, a Lei Federal 12.744 diminuiu a tabela salarial de 15 para 13 padrões, fazendo com que cada

servidor tivesse seus vencimentos rebaixados em dois padrões. O rebaixamento só não atingiu servidores em final de carreira.

Essa distorção foi corrigida pela Portaria Conjunta nº 4, de 8 de outubro de 2013, após intensa mobilização da Fenajufe, do Sintrajud e de outros sindicatos. A Portaria beneficiou quase 40% dos servidores ativos, que voltaram a ser enquadrados na classe e no padrão em que estavam antes da nova tabela.

Os valores que deixaram de ser recebidos pelos servidores durante os dez meses em que vigorou o enqua-

dramento rebaixado geraram um passivo trabalhista, pelo qual o Sintrajud, a Fenajufe e outras entidades sindicais da categoria lutaram nas esferas administrativa e judicial.

Até o início de 2014, os servidores das Justiças Eleitoral, Militar e Trabalhista já haviam recebido esses valores, mas os da Justiça Federal tiveram de continuar batalhando pela quitação do passivo.

Dirigentes do Sindicato e da Federação cobraram pessoalmente os integrantes do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do TRF-3, fizeram reuniões, enviaram requerimentos e

apontaram, por meio de estudos orçamentários, que os órgãos tinham disponibilidade financeira para pagar o retroativo do reenquadramento. A luta foi reforçada pelos departamentos jurídicos das entidades, que moveram ações judiciais para cobrar o direito dos servidores.

Em 2015, alegando falta de recursos, o CJF limitou o pagamento aos servidores que tinham até R\$ 5 mil a receber. As entidades sindicais continuaram pressionando os órgãos da JF em nível nacional e o TRF-3, em SP, a fim de obter a quitação integral, conquistada no final de 2016.